

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

TRF1 reconhece legitimidade da perícia fisioterapêutica

Por unanimidade, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negou recentemente a apelação do Conselho Federal de Medicina (CFM) e manteve a validade da Resolução COFFITO nº 466/2016, reafirmando a competência normativa do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) para disciplinar a perícia fisioterapêutica.

No julgamento, o Tribunal reconheceu que a norma não invade atribuições privativas da medicina, pois se limita à regulação da atuação do fisioterapeuta dentro de sua habilitação legal e técnica. Também consignou que o sistema processual brasileiro não restringe a perícia judicial exclusivamente aos médicos, admitindo a nomeação de profissionais legalmente habilitados, conforme a natureza da matéria controvertida.

O acórdão ressaltou o fundamento de que, embora a Lei nº 12.842/2013 discipline os atos privativos da medicina em seus arts. 4º e 5º, o próprio Poder Legislativo reconheceu que o diagnóstico nosológico e a prescrição terapêutica não são exclusivos da medicina, como evidenciado pela mensagem de veto ao art. 4º, I, da lei federal.

Além disso, ficou reafirmado que, em matérias relacionadas à biomecânica, ergonomia e funcionalidade motora, o fisioterapeuta é profissional tecnicamente qualificado para atuar na perícia, sempre dentro dos limites de sua formação e sem extrapolação para atos privativos de outra profissão.

A manutenção da norma, portanto, resguarda não apenas a autonomia técnica da fisioterapia, mas também a adequada prestação jurisdicional nas demandas que exigem conhecimento funcional e cinesiológico especializado.

Com o resultado do julgamento, permanece plenamente válida a Resolução COFFITO nº 466/2016, confirmando não apenas a autonomia técnica da fisioterapia, mas também a adequada prestação jurisdicional nas demandas que exigem conhecimento funcional e cinesiológico especializado.

O COFFITO, nesse contexto, permanece vigilante e atuante, sempre em defesa das prerrogativas profissionais, da legalidade do exercício da profissão e da valorização técnica e científica da fisioterapia e da terapia ocupacional.

Internet: <crefeto14.org.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 No trecho “conforme a natureza da matéria controvertida”, o termo “conforme” estabelece relação de conformidade e poderia ser substituído por **consoante**, sem prejuízo ao sentido e à sintaxe do período.
- 2 No fragmento “manteve a validade da Resolução COFFITO nº 466/2016”, a substituição da forma verbal “manteve” por **preservou** não altera o sentido essencial do trecho.
- 3 A substituição do trecho “permanece plenamente válida a Resolução COFFITO nº 466/2016” por **a Resolução COFFITO nº 466/2016 permanece plenamente válida** é obrigatória para o estabelecimento da correção gramatical do texto.
- 4 Na sentença “Também consignou que o sistema processual brasileiro não restringe a perícia judicial exclusivamente aos médicos”, a inserção do pronome “se” imediatamente antes da forma verbal “restringe” mantém a correção gramatical do texto.
- 5 Na sentença “o próprio Poder Legislativo reconheceu que o diagnóstico nosológico e a prescrição terapêutica não são exclusivos da medicina”, a retirada do vocábulo “próprio” preserva o sentido enfático da frase.
- 6 No fragmento “A manutenção da norma, portanto, resguarda não apenas a autonomia técnica da fisioterapia”, a vírgula empregada após o vocábulo “portanto” é obrigatória, uma vez que se trata de um conectivo conclusivo intercalado.
- 7 No trecho “reafirmando a competência normativa do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO)”, a forma verbal “reafirmando” indica uma ação posterior à principal.
- 8 No fragmento “em matérias relacionadas à biomecânica, ergonomia e funcionalidade motora”, a ausência do sinal indicativo de crase antes de “ergonomia” e “funcionalidade” configura um erro de paralelismo sintático.

Texto para os itens de 9 a 16.**Dia do Ouvidor:****COFFITO destaca escuta ativa na gestão pública**

O COFFITO realizou um encontro em homenagem ao Dia do Ouvidor, comemorado anualmente em 16 de março. O evento foi dedicado ao diálogo, à troca de experiências e ao fortalecimento institucional.

O presidente do COFFITO, Dr. Sandroval Torres, abriu o evento e reafirmou a importância da integração entre as autarquias federais e regionais para a qualificação dos serviços da área de saúde prestados à população: “Nosso papel é muito importante. Somos a barreira que garante segurança para a sociedade. Sem nós, a sociedade fica vulnerável”.

O ministro-substituto do TCU, André Luís de Carvalho, apresentou a legislação que fundamenta o trabalho das Ouvidorias e a amplitude dessa atuação. “O acesso à informação como direito fundamental pressupõe que o cidadão não precisa pedir para ter acesso”, destacou.

O ministro ressaltou que a Lei de Acesso à Informação define a publicidade como regra geral e o sigilo, como exceção. Afirmou ainda que o objetivo é fomentar a transparência administrativa e fortalecer o controle social.

A chefe da Ouvidoria do COFFITO, Dra. Danielle Castro Azeredo, compartilhou com os participantes os resultados e aprendizados decorrentes da implementação da Ouvidoria Integrada do Sistema COFFITO/CREFITOs, desenvolvida pela atual gestão. Segundo ela, essa é uma iniciativa que marca uma nova etapa na governança institucional.

Para o superintendente do COFFITO, Sergio Andrade, mais do que uma data comemorativa, o momento convida a reflexões sobre o papel estratégico das Ouvidorias na administração pública. No dia a dia, essas unidades funcionam como elo entre a sociedade e as instituições, contribuindo para “a qualificação dos serviços, o aprimoramento da gestão e a consolidação de práticas mais transparentes”.

A programação do encontro contou com temas centrais para a atuação dos ouvidores, como a importância da escuta ativa, os desafios da atuação integrada, o uso de relatórios gerenciais como ferramenta de melhoria contínua e o papel da Ouvidoria na promoção da ética profissional.

O COFFITO reforça seu compromisso com uma gestão cada vez mais aberta ao diálogo e orientada pela escuta qualificada. Com a presença de ouvidores de diferentes regiões do país, o Conselho Federal amplia o alcance das discussões e fortalece a construção coletiva de soluções voltadas ao interesse público.

Internet: <coffito.gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 9 No trecho “O ministro ressaltou que a Lei de Acesso à Informação define a publicidade como regra geral e o sigilo, como exceção”, a vírgula após “sigilo” está corretamente empregada para indicar a elipse da forma verbal “define” na segunda estrutura coordenada, preservando-se, assim, o paralelismo sintático do período.
- 10 No trecho “essas unidades funcionam como elo entre a sociedade e as instituições”, há uma comparação introduzida por “como”, ao passo que, em “O acesso à informação como direito fundamental”, não há relação comparativa.
- 11 No fragmento “Somos a barreira que garante segurança para a sociedade”, o pronome “que” retoma “sociedade”, sinalizando, nesse caso, a ocorrência de uma catáfora.
- 12 No fragmento “Com a presença de ouvidores de diferentes regiões do país, o Conselho Federal amplia o alcance das discussões”, o segmento que está antes da vírgula funciona como adjunto adverbial, podendo ser deslocado para o final do período, sem prejuízo da correção gramatical.
- 13 No trecho “O evento foi dedicado ao diálogo, à troca de experiências e ao fortalecimento institucional”, a inserção do acento grave em “à troca” é facultativa.
- 14 Na sentença “Sem nós, a sociedade fica vulnerável”, a vírgula após o pronome é obrigatória por separar uma oração subordinada adverbial condicional.
- 15 Embora o texto “Dia do Ouvidor: COFFITO destaca escuta ativa na gestão pública” apresente informações e dados objetivos, ele não se caracteriza como dissertativo-argumentativo, pois não desenvolve tese com a defesa sistemática por meio de argumentos organizados.
- 16 No trecho “A chefe da Ouvidoria do COFFITO, Dra. Danielle Castro Azeredo, compartilhou com os participantes os resultados e aprendizados”, as vírgulas têm a função de isolar um aposto explicativo, cuja retirada não comprometeria a correção gramatical, mas alteraria o sentido original do período.

Paula, que é advogada, está estudando um Vade Mecum com 2.616 páginas. Como costuma grifar todas as páginas que lê, ela registrou a quantidade de páginas grifadas por dia. No primeiro dia, grifou 63 páginas e, em cada dia seguinte, grifou 4 páginas a mais do que no dia anterior.

Com base nessa situação hipotética e no padrão mantido até a conclusão da leitura do livro, julgue os itens a seguir.

- 17 No décimo dia de estudo, Paula grifará 99 páginas.
- 18 Ao final dos 12 primeiros dias de estudo, Paula terá grifado 1.032 páginas.

- 19** Mantido esse padrão, ao final de 24 dias, Paula terá grifado exatamente as 2.616 páginas do Vade Mecum.

Durante o último mês, o advogado Oswaldo registrou, em uma planilha, o número de audiências de que participou em cada semana de trabalho, conforme mostra a tabela a seguir.

SEMANA	NÚMERO DE AUDIÊNCIAS
1ª	5
2ª	8
3ª	6
4ª	5
5ª	11

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20** A média semanal de audiências de Oswaldo, nesse período, foi superior a 7.
- 21** A moda do número de audiências semanais é igual a 11.
- 22** A mediana do número de audiências semanais foi igual a 6.

Amanda, Bárbara e Carolina são três irmãs. Sabe-se que cada uma delas sempre diz a verdade ou sempre mente. Em certa ocasião, Amanda afirmou que Bárbara estava mentindo. Em seguida, Bárbara disse que Carolina estava mentindo. Por fim, Carolina afirmou que Amanda e Bárbara estavam mentindo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 23** Amanda sempre diz a verdade.
- 24** Bárbara sempre diz a verdade.
- 25** Carolina sempre mente.

Gael possui 3 dados honestos, nas cores amarela, azul e verde, todos numerados de 0 a 5. Ele lançará os 3 dados ao mesmo tempo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 26** O número total de resultados possíveis nesse lançamento é de 125.
- 27** A probabilidade de os 3 dados mostrarem o mesmo número é igual a 1 em 36.
- 28** A probabilidade de a soma dos números obtidos nos 3 dados ser igual a 3 é superior a 5%.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Considerando os conceitos de informática, de sistemas operacionais, de redes de computadores, de aplicativos e de segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 29 Os sistemas operacionais móveis, como o Android e o iOS, não são capazes de executar múltiplas aplicações simultaneamente.
- 30 A Internet é uma única rede centralizada controlada por uma única organização mundial.
- 31 O *backup* de dados elimina a necessidade de utilização de mecanismos de segurança, como o antivírus e o *firewall*.
- 32 Os navegadores de Internet permitem ao usuário acessar páginas *web* por meio de protocolos específicos, como o HTTP.

Acerca dos conceitos de redes de computadores, de aplicativos de escritório, de sistemas operacionais móveis e de mecanismos de segurança da informação, julgue os itens seguintes.

- 33 Os editores de texto não permitem a inserção de elementos gráficos, como imagens e tabelas, sendo estes restritos à manipulação de texto puro.
- 34 Os navegadores de Internet são responsáveis pela definição dos protocolos de comunicação utilizados na *web*.
- 35 Os *backups* armazenados no mesmo dispositivo dos dados originais garantem a proteção contra as falhas físicas do equipamento.
- 36 A computação em nuvem elimina completamente a necessidade de infraestrutura física para o armazenamento e o processamento de dados.

No que concerne aos conceitos de Internet, da organização de dados, de aplicativos e da segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 37 O *software*, que consiste em um componente físico do computador, é responsável pela execução direta das operações elétricas do sistema.
- 38 A intranet é uma rede pública global acessível a qualquer usuário conectado à Internet.
- 39 O *firewall* pode ser utilizado para controlar o tráfego de entrada e de saída de uma rede, com base em regras definidas.
- 40 Na Internet, a comunicação entre dois dispositivos ocorre sem a necessidade de definição prévia de protocolos, pois a transmissão é realizada automaticamente pela infraestrutura física.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando as situações relacionadas à atuação de servidores públicos e aos fundamentos éticos da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 41** No âmbito da ética pública, o servidor deve observar não apenas a legalidade, mas também a moralidade e o interesse coletivo, equilibrando a conformidade normativa com a responsabilidade institucional e o compromisso com resultados socialmente relevantes.
- 42** O princípio da impessoalidade, ao vedar favorecimentos pessoais e exigir uma atuação orientada pelo interesse público, também impede que o agente utilize atos administrativos para a promoção pessoal, ainda que dentro dos limites legais.
- 43** A eficiência administrativa pode justificar, em caráter excepcional, a adoção de medidas administrativas atípicas que relativizem a estrita legalidade formal, quando os mecanismos previstos em lei se mostrarem manifestamente inadequados à realidade concreta.
- 44** A moralidade administrativa possui relevância jurídica autônoma, podendo fundamentar a invalidação de atos que, embora formalmente legais, foram praticados exclusivamente com o intuito de promover o interesse pessoal do agente, mesmo sem configurar desvio de finalidade ou fraude à lei.
- 45** Suponha-se que um servidor tenha realizado um ato legal motivado por um interesse pessoal disfarçado de interesse público. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta será considerada antiética, ainda que seja, formalmente, correta.

Acerca da improbidade administrativa, julgue os itens seguintes.

- 46** A prática de ato que viole os princípios da Administração Pública configura improbidade administrativa, mesmo sem dano ao erário.
- 47** A responsabilização por improbidade administrativa restringe-se aos agentes públicos em sentido estrito, não alcançando particulares que se beneficiem do ato ímprobo, sem participação direta em sua execução.
- 48** O enriquecimento ilícito do agente público constitui uma das hipóteses de improbidade administrativa, a qual se configurará mesmo em caso de vantagem patrimonial decorrer de ato praticado fora do exercício da função pública. Todavia, isso procederá desde que haja, no referido contexto, uma relação de causalidade com o cargo ocupado.
- 49** A responsabilização por improbidade independe de nexos entre a conduta praticada e a função pública exercida.
- 50** Após a vigência da Lei nº 14.230/2021, a responsabilização por ato de improbidade administrativa que cause dano ao erário passou a exigir a demonstração de dolo específico do agente, sendo a culpa grave, ainda que devidamente comprovada, insuficiente para configurar a conduta ímproba e ensejar o ressarcimento ao erário no âmbito da ação de improbidade.

No que diz respeito ao processo administrativo na Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir.

- 51** O processo administrativo deve observar princípios como o do contraditório e da ampla defesa, aplicáveis não apenas em processos sancionatórios, mas em qualquer procedimento que possa resultar em decisão gravosa ou restritiva de direitos do administrado.
- 52** A motivação dos atos administrativos é dispensável quando a decisão for discricionária.
- 53** O administrado tem o direito de formular alegações e apresentar documentos antes da decisão administrativa, direito que pode ser relativizado em situações de urgência ou quando a participação prévia comprometer a eficácia da medida administrativa, assegurado o contraditório diferido.
- 54** A Administração Pública não pode rever os seus próprios atos, ainda que eles sejam ilegais.
- 55** No âmbito do processo administrativo federal regido pela Lei nº 9.784/1999, antes de ser proferida decisão que possa afetar negativamente os interesses do administrado, deve-se garantir a este a oportunidade de apresentar alegações escritas, assegurando-se prazo mínimo de cinco dias úteis para a manifestação, salvo disposição específica em sentido diverso.

À luz das normas acerca da transparência e do acesso à informação, julgue os itens seguintes.

- 56** O acesso à informação pública constitui regra geral, sendo o sigilo a exceção devidamente justificada, de modo que a negativa de acesso deve apresentar fundamento legal específico e deve demonstrar o enquadramento da hipótese de restrição.
- 57** A divulgação de informações de interesse coletivo depende exclusivamente de solicitação do cidadão.
- 58** Suponha-se que, em um órgão público, um servidor tenha classificado um determinado relatório interno como “secreto”, alegando apenas “risco genérico à imagem institucional”, sem a indicação de hipótese legal específica nem a demonstração da proporcionalidade e da necessidade concreta da restrição. Nesse caso, é correto afirmar que tal classificação atenderá aos requisitos da Lei nº 12.527/2011, desde que o prazo máximo seja respeitado.
- 59** As informações pessoais, por envolverem direitos fundamentais à intimidade e à privacidade, têm acesso restrito e tratamento sigiloso, não podendo ser divulgadas pela Administração Pública, mesmo quando forem necessárias à defesa de direitos de terceiros ou ao cumprimento de obrigação legal.

- 60** A recusa de acesso à informação pública deve ser sempre motivada e indicar recurso cabível, sob pena de responsabilidade do agente.

Considerando a proteção de dados pessoais, no âmbito da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 61** A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado por órgãos públicos, com as devidas adaptações quanto às bases legais e às finalidades, prevalecendo, assim, o regime específico da Lei de Acesso à Informação, em caso de conflito entre transparência e proteção de dados.
- 62** O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público deve estar vinculado às finalidades públicas específicas.
- 63** O consentimento do titular é sempre obrigatório para o tratamento de dados pela Administração Pública.
- 64** A proteção de dados pessoais não se aplica às informações que permitam identificar indiretamente o indivíduo.
- 65** A nomeação de encarregado (DPO) é dispensável para os órgãos públicos de pequeno porte.

No que diz respeito à integração entre ética, transparência e responsabilidade administrativa, julgue os itens seguintes.

- 66** A transparência administrativa contribui para o fortalecimento do controle social e da *accountability*, permitindo não apenas o acesso passivo às informações, mas também a participação ativa da sociedade no monitoramento, na avaliação e no aprimoramento das políticas públicas.
- 67** O cumprimento formal da lei é suficiente para garantir a conduta ética na Administração Pública.
- 68** O servidor público que, no exercício de suas funções, utilizar informação privilegiada obtida em razão do cargo para beneficiar terceiro, mesmo sem auferir vantagem pessoal direta e sem causar dano patrimonial ao erário, praticará conduta incompatível com os deveres éticos da função pública, ainda que a ação seja formalmente legal.
- 69** A responsabilização administrativa exclui automaticamente a responsabilização civil ou a penal.
- 70** A atuação do servidor público, mesmo quando em estrita conformidade com as normas legais e com os regulamentares vigentes, pode ser questionada sob o prisma ético quando caracterizar o desvio de finalidade, o abuso de poder formal ou a instrumentalização da legalidade para fins estranhos ao interesse público, hipóteses nas quais a observância da letra da lei não exclui a responsabilização por violação da moralidade administrativa.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca das classificações da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), julgue os itens a seguir.

- 71** Trata-se, quanto ao conteúdo, de constituição do tipo material.
- 72** Quanto à estabilidade, a CF/1988 é do tipo flexível, pois já possui mais de uma centena de emendas constitucionais.
- 73** A CF/1988 é promulgada e dogmática, no que se refere ao critério de origem e de modo de elaboração, respectivamente.
- 74** A CF/1988 é classificada como Constituição-Garantia, em relação a seus objetivos, pois estabelece objetivos e metas sociais a serem garantidas no futuro ao seu povo.

Segundo Bobbio (1992), os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias. Considerando essa informação e as regras constitucionais acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 75** Dentre as características dos direitos fundamentais, pode-se destacar a indisponibilidade, ou seja, mesmo que seja o titular do direito, não se pode abrir mão de direito fundamental.
- 76** As revoluções americana e francesa marcam a primeira geração de direitos positivados e exprimem a noção de fixar uma esfera de autonomia pessoal, refratária à expansão do poder.
- 77** Na interpretação constitucional, o recurso à história é irrelevante para a compreensão e a aplicação de direito fundamental, já que o direito constitucional é positivado.
- 78** O direito à vida implica também o dever do Estado de protegê-la contra ofensas de terceiros, não se limitando à expectativa de que o Estado não a suprima.
- 79** Os direitos fundamentais dirigem-se apenas às pessoas humanas, não se aplicando às pessoas jurídicas.

Acerca das regras constitucionais a respeito dos direitos fundamentais de caráter judicial e das garantias constitucionais do processo, julgue os itens a seguir.

- 80** A coação à liberdade individual advém de atos do Poder Público, não sendo possível a impetração de *habeas corpus* contra atos praticados por particulares.
- 81** A satisfação do débito penal torna inadmissível o *habeas corpus* contra sentença condenatória, diante da inoccorrência de situação de dano ou perigo para a liberdade de locomoção física do paciente.
- 82** A ação constitucional de mandado de segurança é destinada tanto à proteção de direitos individuais como à tutela de direitos coletivos.
- 83** Não se admite mandado de segurança impetrado pelo Poder Público em face de autoridade também pública.

- 84** O *habeas data* está revogado tacitamente, já que o seu âmbito de proteção é facilmente contemplado pelo mandado de segurança.
- 85** Como garantia constitucional, a Constituição Federal de 1988 reconhece o júri, assegurando a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, a soberania dos veredictos, o sigilo das votações e a plenitude de defesa.

A organização político-administrativa da República compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, nos termos estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Com base nessa informação e na organização político-administrativa dos entes subnacionais e em suas implicações, julgue os itens a seguir.

- 86** Os estados podem incorporar-se, subdividir-se ou desmembrar-se para a anexação ou a criação de novos estados, desde que haja aprovação da população diretamente interessada, mediante plebiscito, e das assembleias legislativas envolvidas, por meio de lei complementar.
- 87** A criação de novos municípios far-se-á por meio de Lei Federal.
- 88** Não compete aos estados legislar sobre trânsito e transporte.
- 89** Prescinde de autorização do Senado Federal a realização de operações externas de natureza financeira realizada por município.
- 90** No Distrito Federal, ente no qual não há a possibilidade da divisão em municípios, a escolha do governador ocorre por meio de eleições diretas, assim como a escolha dos representantes da população na Câmara Legislativa.

Segundo Marinela (2017), a organização da Administração é a estruturação das pessoas, das entidades e dos órgãos que irão desempenhar as funções administrativas, além da definição do modelo do aparelho administrativo do Estado. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir.

- 91** Os conselhos de fiscalização profissional são espécie do gênero agências reguladoras, já que são autarquias e fiscalizam a atividade econômica.
- 92** Denomina-se descentralização administrativa a transferência da responsabilidade pelo exercício de atividades administrativas a pessoas jurídicas auxiliares criadas pelo Estado para esse fim.
- 93** A defesa das prerrogativas do Poder Legislativo em juízo será realizada por órgão interno de representação jurisdicional do referido Poder.
- 94** As pessoas da Administração Direta gozam da imunidade recíproca, e os seus débitos judiciais sujeitam-se ao regime de precatórios.
- 95** As empresas públicas e as sociedades de economia mista possuem todos os privilégios processuais aplicáveis às fazendas públicas.
- 96** Não se admite a criação de sociedade de economia mista municipal, já que somente a União pode atuar, diretamente, no setor privado.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Sergipe precisou realizar a aquisição de cinco veículos para servirem de viaturas oficiais dos membros de sua diretoria. O setor de transporte estimou, inicialmente, o custo da aquisição em 150 mil reais para cada viatura.

Considerando essa situação hipotética e as regras aplicáveis às contratações das entidades de fiscalização profissional, julgue os itens seguintes.

- 97** A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, regida pela Lei das Estatais – Lei Federal nº 13.303/2016.
- 98** A contratação deverá ser realizada somente após ficar demonstrado, na fase preparatória, que o Conselho poderá administrar adequadamente os veículos, disponibilizando motoristas, combustível e manutenção.
- 99** O regime de contratações públicas não admite a compra de veículos para conselhos de classes, por atentar contra a eficiência e a moralidade.
- 100** O valor estimado da licitação admite a contratação direta, por meio de dispensa de licitação.
- 101** Após a contratação, se for devidamente caracterizada a necessidade e a adequação, o Conselho poderá aditar o contrato para adquirir um veículo a mais, sem a necessidade de concordância do contratado.

O regime jurídico contratual estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 atribui à Administração, no âmbito desses contratos, a prerrogativa de aplicar sanções. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 102** Admite-se a aplicação da sanção de advertência ao contratado que deixar de cumprir aspectos do contrato, quando não ocorrer maiores prejuízos à Administração Pública.
- 103** Todas as infrações previstas na Lei de Licitações e Contratos admitem sanção de multa, que não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado, e que será, inclusive, admitida cumulativamente com as demais sanções.
- 104** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar é admitida para o caso em que se deixe de entregar a documentação exigida para o certame ou se o licitante não mantiver a proposta, por motivo injustificado.
- 105** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar abrange todos os entes federativos pelo prazo máximo de seis anos e poderá ser aplicada na hipótese de que seja apresentada declaração ou documentação falsa exigida para o certame.

Acerca das regras constitucionais, das civis e das administrativas aplicáveis aos bens públicos, julgue os itens seguintes.

- 106** O prédio público onde funcione uma delegacia de polícia é um bem de uso especial pertencente à Administração Pública estadual ou distrital.

- 107** Os rios que banham mais de um estado-membro pertencem à União e são considerados bens públicos de uso comum do povo.
- 108** Os bens das sociedades de economia mista, ainda que prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial, não são considerados bens públicos, razão pela qual podem ser penhorados.
- 109** Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, desde que mantenham a sua afetação.
- 110** Os bens públicos móveis inservíveis ou legalmente apreendidos devem ser alienados por meio de leilão.

Em relação aos negócios jurídicos, considera-se “condição” a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a um evento futuro e incerto. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 111** A cláusula que estabelece condição resolutiva impede que o ato produza efeitos até a realização do evento futuro e incerto.
- 112** A condição suspensiva extingue, para todos os efeitos, o direito a que se opõe.

No que diz respeito às normas estabelecidas no Código de Processo Civil para os sujeitos do processo, julgue os itens a seguir.

- 113** A legitimidade ativa é aferida, liminarmente, à luz do que o autor afirma na petição inicial, adstrita ao exame da possibilidade, em tese, da existência do vínculo jurídico-obrigacional entre as partes, conforme teoria da asserção.
- 114** A curatela especial será exercida pelo Ministério Público.
- 115** Ocorrendo a morte de qualquer das partes, o processo será extinto por sentença, sem resolução de mérito.
- 116** É admissível a denunciação da lide, requerida pelo réu, em relação aos demais devedores solidários.

Segundo Leite (2020), a competência em razão da matéria no processo do trabalho é delimitada em virtude da natureza da relação jurídica material deduzida em juízo. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

- 117** A justiça do trabalho é competente para processar e julgar ações que tenham como causa de pedir matéria relacionada ao meio ambiente do trabalho.
- 118** A justiça do trabalho tem competência para autorizar o levantamento do depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), desde que haja dissídio entre empregado e empregador.
- 119** Eventuais penalidades administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho serão processadas pela justiça comum federal.
- 120** Compete à justiça do trabalho o processamento de demandas ajuizadas contra entidades privadas de previdência, com o propósito de obter complementação de aposentadoria de empregado público.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/1942) ocupa papel fundamental no ordenamento jurídico brasileiro, oferecendo parâmetros para maximizar a segurança jurídica e a previsibilidade do direito. Atua, ainda, no tema das antinomias, ou nos conflitos normativos, que são, em muitos casos, meramente aparentes, uma vez que o direito precisará dar uma solução ao caso, assegurando que o sistema jurídico funcione de maneira harmoniosa e eficiente.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Conflito entre normas existentes, à luz da LINDB

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) função da LINDB no direito brasileiro;
- b) elementos conceituais dos critérios clássicos para a resolução de antinomias; e
- c) vedação ao *non liquet*.